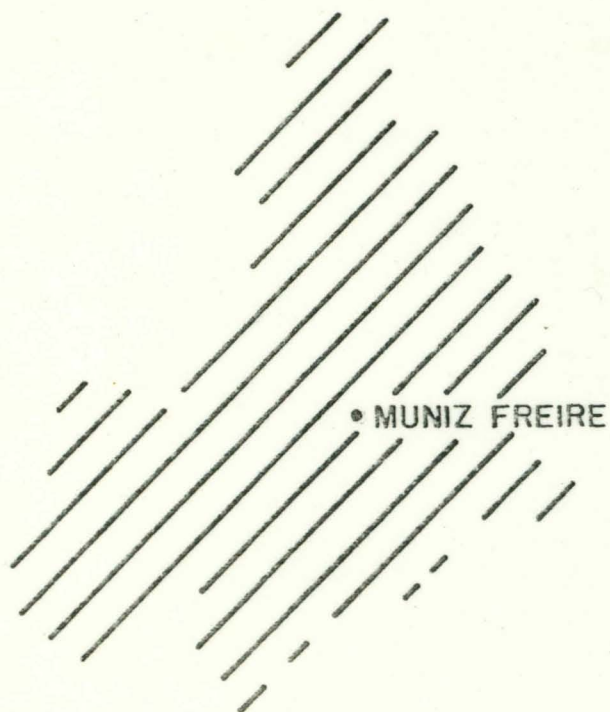


IJ00279/36

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Coordenação Estadual do Planejamento

Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo



RELATÓRIO MUNICIPAL

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

IJ00279/36

6417/1984

EX: 2

JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Coordenação Estadual do Planejamento
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

MUNIZ FREIRE

RELATÓRIO MUNICIPAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

1000279/36

6411/84
ex. 2
59
03213 12

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

RELATÓRIO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE

JULHO/83

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO
ESPÍRITO SANTO

José Teófilo de Oliveira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho - Diretor Superintendente

Vera Maria Simoni Nacif - Coordenadora Técnica

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Isabel Péres dos Santos

PESQUISA DE CAMPO

Carlos Alberto Feitosa Perim

Marcelo Carneiro Santiago

Sônia Maria Dalcomuni

ELABORAÇÃO

Carlos Alberto Feitosa Perim

Marcelo Carneiro Santiago

Sônia Maria Dalcomuni

ORGANIZAÇÃO

Adelino Augusto Pinheiro Pires

ÍNDICE	PÁGINA
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	4
2. DEFINIÇÃO DOS SETORES DE PRODUÇÃO	10
2.1. OBSERVAÇÕES GERAIS	10
2.2. OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS	12
3. CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO	13
3.1. CONDIÇÕES NATURAIS	13
3.2. CONDIÇÕES CRIADAS	17
3.3. CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PRODUÇÃO	17
4. ESTRUTURA AGRÁRIA	19
4.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	19
4.2. ESTRUTURA AGRÁRIA POR CULTURA	24
5. COMERCIALIZAÇÃO	28
6. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO E NA COMERCIALIZAÇÃO	30
7. POPULAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL	32
TABELA USO DO SOLO.....	36

O Relatório Municipal é um breve diagnóstico sócio-econômico da realidade de cada município, a partir das atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços geo-econômicos. Assim sendo, foram definidos os seguintes eixos, sobre os quais se centrou tal estudo:

- . *Processo Produtivo* - estuda as relações do homem com a natureza, estrutura fundiária, relações de trabalho e uso do solo.
- . *Realização da Produção* - assenta-se no estudo das diversas fases da comercialização, características do mercado, bem como da subordinação da produção (monopsônios, oligopsônios) e os obstáculos à realização da mesma.
- . *Situação Social* - o estudo é dirigido às organizações sociais, enfatizando-se as organizações da classe patronal e da classe trabalhadora que se dão através dos sindicatos, igrejas e da atuação das cooperativas (isto é, naqueles municípios em que a cooperativa tem papel mais significativo).
- . *Intervenção do Estado* - intervenção esta que se dá no âmbito da produção e da comercialização, através do crédito, do AGF (Aquisição pelo Governo Federal), do EGF (Empréstimo do Governo Federal), e demais políticas e programas setoriais.

Para a análise do município, apoiada nos eixos citados anteriormente, foram utilizadas as seguintes informações:

- 1) Dados secundários do IBGE, 1980 - foram utilizados dados referentes aos setores censitários, que depois de organizados devidamente, contribuíram para a elaboração de mapas de estrutura fundiária (número e área) e densidade demográfica.

2) Pesquisa de Campo - foram efetuadas consultas aos seguintes órgãos:

- . Emater (Escritório Local)
- . Sindicato Rural Patronal
- . Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- . Cooperativas
- . Igrejas

Para esse estudo, e em decorrência dos contatos com os órgãos descritos acima, o município teve seu território dividido em áreas, de acordo com a distribuição espacial das culturas, denominadas *Setores de Produção*. Por exemplo, a área que produz café, milho, feijão e arroz foi chamada de Setor de Produção 1; a área cujas atividades predominantes são a pecuária e a mandioca, foi chamada de Setor de Produção 2 e assim por diante. Além desta divisão, as culturas foram, dentro de cada setor, classificadas de acordo (principalmente) com a geração de renda. Neste caso, em ordem decrescente de importância, as culturas se classificam em:

- . Principal (P)
- . Secundária (S)
- . Subsistência (SB)
- . Embrionária (E)
- . Potencial (PT)

A razão da existência dos Relatórios Municipais, a *priori*, seria a de dar subsídios à realização dos PDRI's - Programas de Desenvolvimento Regional Integrado, através de informações devidamente sistematizadas. Os PDRI's são diagnósticos elaborados para cada uma das cinco Regiões-Programas em que o Espírito Santo está oficialmente dividido.

Na redação do Relatório Municipal foi utilizada uma série de termos, frutos de longa discussão e elaboração metodológicas. Outros foram incorporados, na medida em que se necessitava da explicitação de uma realidade ampla e complexa. Esta terminologia será aqui decodificada para uma melhor compreensão destes diagnósticos:

- . *Setor de Produção* - divisão espacial do município de acordo com uma determinada cultura hegemônica (ex.: cana) ou um conjunto de culturas

existentes. Cada setor seria, a princípio, caracterizado pelas principais culturas que se desenvolvem em seu interior.

- . *Bolsão* - entende-se por *Bolsão*, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou grupo de culturas combinadas que sobrevivem no interior do *Setor de Produção*.
- . *Setor Censitário* - é uma divisão espacial feita pelo IBGE para recenseamentos. Compreende uma fração do território municipal passível de ser coberta por um só recenseador (em média 250 domicílios). Esta divisão é denominada *Malha Censitária* e é ajustada a casa censo.
- . *Complexo* - É um espaço geo-econômico, pertencente a uma *Região-Programa*¹ que pode ou não ultrapassar os limites municipais ou dos *Setores de Produção*. *A noção de Complexo se define por uma particular articulação de culturas e relações de produção, imprimindo uma determinação dinâmica à produção de cada espaço rural específico*². Assim sendo, o nome do Complexo é dado pelas principais (ou principal) culturas na geração da renda deste espaço. Por exemplo, a área em que o café é o responsável pela maior parte da renda gerada seria denominada *Complexo - Café*; no caso da pecuária e a mandioca juntos, *Complexo - Pecuária/mandioca*; assim por diante.
- . *Região-Programa* - O Espírito Santo foi dividido oficialmente em cinco *Regiões-Programas* para fins de planejamento:
 - . *Região-Programa I - Vitória*
 - . *Região-Programa II - Colatina*
 - . *Região-Programa III - Nova Venécia*
 - . *Região-Programa IV - Linhares*
 - . *Região-Programa V - Cachoeiro de Itapemirim*

¹O conceito de *Região-Programa* será dado a seguir.

²Transcrito do item Aspectos Metodológicos do *PDRI - Região Programa II - Colatina*.

7

. *Condições do Produtor*³

- 1) Proprietário - quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto e enfiteuse).
- 2) Arrendatário - sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro (fixo), ou sua equivalência em produtos.
- 3) Parceiro - quando as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de Parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário, de um percentual da produção obtida.
- 4) Ocupante - nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o Produtor pelo seu uso.

. *Relações de Trabalho*

- 1) Mão-de-Obra Familiar - é composta pelos componentes da família do proprietário.
- 2) Assalariado Permanente e Assalariado Temporário - na categoria as salarizados foram consideradas as pessoas que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro. Os assalariados são apresentados discriminadamente em: assalariado permanente, os que exerciam atividade de caráter efetivo ou de longa duração e assalariado temporário, os contratados para atividades eventuais ou de curta duração.
- 3) Parceiros⁴ - são consideradas as pessoas subordinadas à administração do estabelecimento, que percebiam como remuneração, parte da

³Transcrição do Censo Agropecuário - FIBGE - 1975.

⁴Idem Nota 3.

produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.).

*Utilização das Terras*⁵

- 1) Lavouras Permanentes - compreendendo terras plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como: café, banana, laranja, cacau, uva, etc., após a colheita não necessitam de novo plantio.
- 2) Lavouras Temporárias - abrangendo as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra menos que um ano) e que necessitam, geralmente, ser plantadas após cada colheita, tais como: arroz, algodão, milho, trigo, flores, hortaliças, etc. Incluíram-se também nesta categoria as plantas forrageiras destinadas a corte.
- 3) Terras em descanso - terras habitualmente utilizadas para o plantio de Lavouras Temporárias, que se encontram em descanso por prazo não superior a 4 anos em relação ao último ano de sua utilização.
- 4) Pastagens Naturais - constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio de gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.
- 5) Pastagens Plantadas - áreas destinadas ao pastoreio, formadas mediante plantio.
- 6) Matas Naturais - formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.
- 7) Matas Plantadas - áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia negra, eucalipto, pinheiro, etc.).

⁵Id., *ibid.* Nota 3.

- 8) Terras produtivas não utilizadas - áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas e não estejam sendo usadas para tais fins.
- 9) Terras inaproveitáveis - formadas por áreas imprestáveis para formação de culturas, pastos e matas, tais como: areias, pântanos, en costas íngremes, pedreiras, etc., e as formadas pelas áreas ocupa das com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açu des, etc.

2.

DEFINIÇÃO DOS SETORES DE PRODUÇÃO

2.1. OBSERVAÇÕES GERAIS

No município ocorrem três tipos de atividades principais na geração da renda. Mais ao norte, a olericultura é a principal fonte de renda. Na região central o café assume a primazia e ao sul a pecuária de leite se destaca. O milho, feijão e o arroz são culturas de subsistência em quase todos os setores de produção. Em alguns, a produção de milho e feijão é grande, tornando-se a segunda fonte de renda.

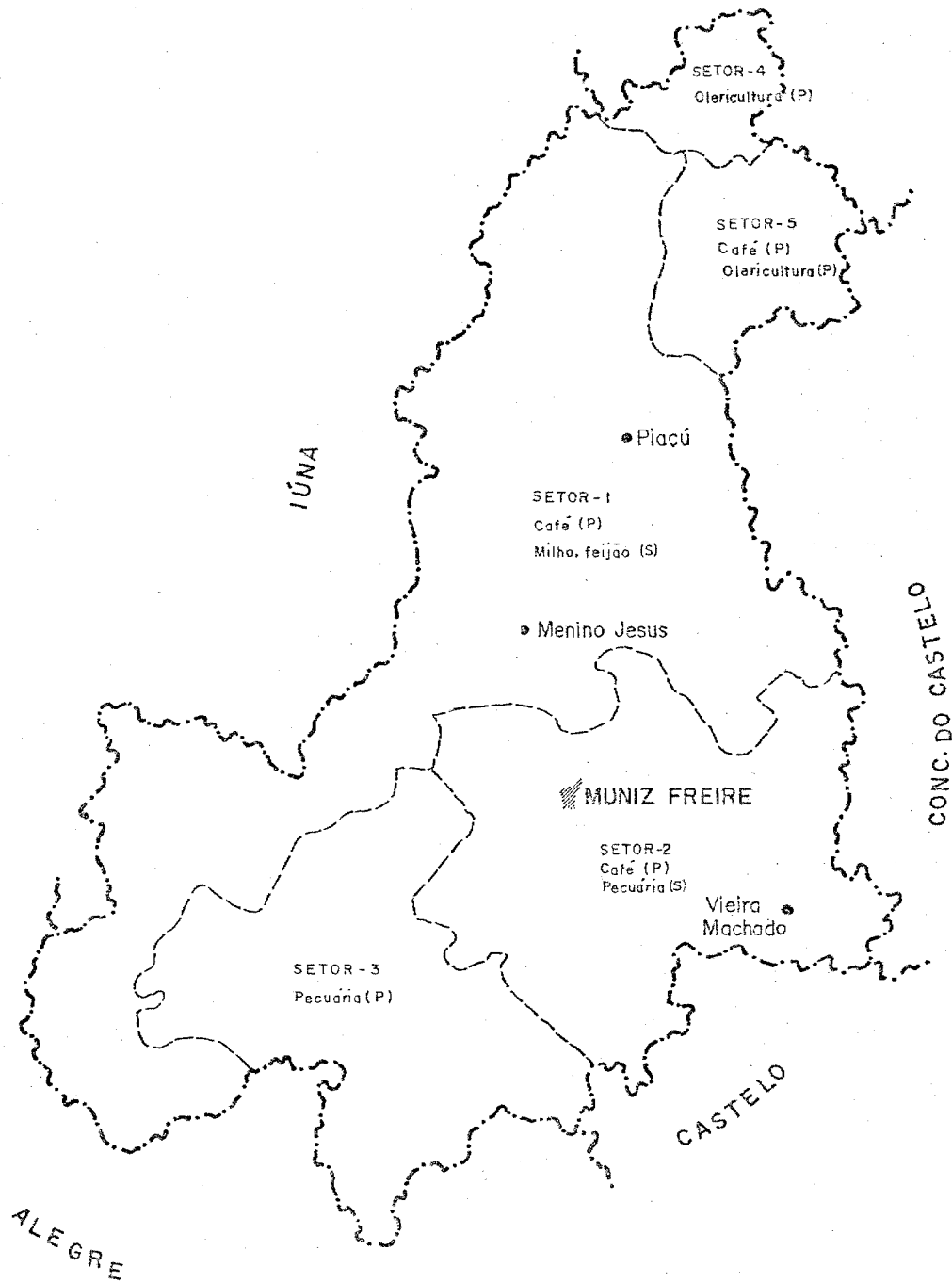
Nas áreas onde a olericultura é importante a principal produção é de tomate, batata e depois a de cenoura. Em quantidades menores aparecem também abóbora, alho, cebola, pimentão e repolho.

JA. RC 1
 SETORES DE PRODUÇÃO
 MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

ÁREA DE PRODUÇÃO Nº	CULTURAS				OBSERVAÇÕES
	PRINCIPAL (P)	SECUNDÁRIA (S)	SUBSISTÊNCIA (SUB)	EMBRIONÁRIA (E)	
1	Café	Milho e Feijão			
2	Café	Pecuária			
3	Pecuária				
4	Olericultura				
5	Café e Olericultura				

MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

Setores de Produção



CONVENÇÕES:

- Limite Setorial
- - - Limite Municipal

2.2. OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS

O arroz, plantado nas várzeas, foi introduzido a pouco tempo no municí
pio, aparecendo assim como atividade embrionária.

A suinocultura tecnificada em decorrência da crise no setor, está em fran
co processo de desativação.

A cultura do abacate é embrionário e ainda não está em produção.

3.

CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO

3.1. CONDIÇÕES NATURAIS

- USO DO SOLO

O município de Muniz Freire apresenta 40,4% de suas terras ocupadas por pastagens, sendo esta a principal categoria de uso do solo.

É grande a participação de terras inaproveitáveis, improdutivas, não utilizadas, etc. (categoria outros), as quais ocupam 31,5% da área total do município, o que em parte se explica pelo alto percentual de áreas declivosas; 75,89% da área municipal está acima de 30% de declividade.

As lavouras temporárias abarcam parcela insignificante do solo municipal (apenas 6,2%), estando compreendidas nesta categoria, principalmente, as culturas de milho, feijão, arroz e olericultura (esta última concentra-se na parte norte do município).

As lavouras permanentes, principalmente as culturas de café, ocupam 21,9% do solo de Muniz Freire.

O Mapa de Uso do Solo mostra, de forma localizada, a distribuição das categorias de uso do solo em Muniz Freire (Vide Mapa Regional).

O café, apesar de estar pulverizado por todo o município, assume maior importância em área cultivada na parte central deste (Setores 4, 5, 15, 16, 18, 21 e 23) sempre dividindo a supremacia em área ocupada com as categorias *outros* e pastagens, as quais são generalizadas em todo município.

- CLIMA E SOLO

O clima é Mesotérmico de Verão quente, segundo a classificação de Köppeu. Segundo a classificação de Nimer o clima do município é tropical mesotér

mico brando no norte, subquente no sul, super-úmido com subseca no leste e úmido com 1 a 2 meses de seca no oeste.

O período de maiores chuvas vai de outubro a abril, enquanto que o estio vai de maio a setembro.

Segundo os técnicos da EMATER nos últimos 3(três) anos a seca não tem trazido prejuízo à produção. Por outro lado as chuvas de 79, 80 e 81 prejudicaram bastante as culturas de arroz, tomate e feijão das águas.

Segundo o Mapa de Reconhecimento do Solo do Estado do Espírito Santo do Ministério da Agricultura - 1981, no município ocorrem basicamente dois tipos de solo: Latossolo Vermelho Amarelo Destrófico com textura argilosa e Terra Roxa Estruturada Similiar Entrófica; esta cobre uma faixa central que corta o município de Norte a Sul. O restante é ocupado pelo Latossolo.

A erosão do solo ocorre de uma maneira generalizada em todo município haja visto que 75,89% de sua superfície são terras com declividade superior a 30%.

No interior de cada propriedade as terras mais férteis são utilizadas no cultivo do café (com milho e feijão intercalados) e olericultura. Segundo os técnicos da EMATER é costume a localização inadequada das culturas temporárias, que devendo ser cultivadas em áreas planas, são, via de regra, cultivadas em áreas com declividade superior a 40% aproveitando a maior fertilidade dos morros. Por sua vez o pasto é o maior responsável pela ocupação das áreas planas, deixando pouco espaço para as culturas temporárias, com ênfase para o arroz.

- CALENDÁRIO AGRÍCOLA

O calendário agrícola determina períodos de muito trabalho em setembro-outubro e novembro, como podemos observar no Quadro 3. De acordo com a síntese dos técnicos locais da EMATER ocorre mais ou menos o seguinte:

Em setembro-outubro é tempo de preparo do solo e plantio de todas as culturas, pois o período das chuvas está para chegar. Concentram-se, então, as atividades de preparo do solo e plantio do milho, feijão, arroz, pastagens, café, olericultura, etc.

Em outubro inicia-se também a colheita do café, tomate, batata e olericultura. Em novembro e dezembro é época dos tratos culturais: capina e adubação de cobertura, isto especialmente nas culturas de café, ocorrendo também na do milho. Em dezembro tem início ainda, a colheita do feijão das águas, continua a dos produtos olerícolas e encerra-se a do café. Em janeiro termina a colheita do feijão das águas, mas o período de janeiro até março é época de: preparo do solo e plantio do feijão, café, de adubação do café em geral, de limpeza das pastagens e início da colheita do arroz. De abril até julho as principais atividades são as colheitas de milho e feijão, café e arroz. Em agosto realizam-se as roçadas e queimadas.

QUADRO 2
LOCALIZAÇÃO DAS CULTURAS

CULTURAS	TIPO DE TERRENO	ROTAÇÃO E/OU CONSORCIAÇÃO (R OU C)
Café	Encostas	Milho e Feijão intercalados
Milho e Feijão	Nas áreas do café	Em rotação e consorciação e intercalados no café
Milho	Nas áreas de formação de pasto	Após a queimada e antes da formação de pasto
Arroz	Várzea úmida	Cultura solteira
Olericultura (inclusive Tomate e Batata)	Terras altas e baixas	Em rotação com milho e feijão

QUADRO 3

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

P/MÊS

CULTURAS	QUEIMADA	PREPARO DA TERRA	SEMEADURA	TRANSPLANTE	TRATOS CULTURAIS	COLHEITA
CAFÉ	Jul.-Ago.	Ano todo		Out.-junho	Out.-Março	Out.-Nov.-Dez.
CAFÉ		Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo	Maio a Julho
MILHO	Jul.-Ago.	Set.-Out.	Set.-Out.		Out.-Nov.	Março-Maio
FEIJÃO DAS ÁGUAS	Jul.-Ago.	Set.-Out.	Set.-Out.		Out.-Nov.	Dez.-Janeiro
FEIJÃO DO TEMPO		Fev.-Mar.	Fev.-Mar.		Mar.-Abril	Maio-Junho
ARROZ		Set.-Out.	Set.-Out.		Out.-Nov.	Março-Maio
TOMATE		Ago.-Jan.	Ago.-Jan.	Ago.-Jan.	Ago.-Jan.	Out.-Dez.
TOMATE		Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo
OLERICULTURA		Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo
BATATA		Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo	Ano todo
PASTO	Jul.-Ago.		Set.-Out.		Fev.-Março	

3.2. CONDIÇÕES CRIADAS

O estado das estradas do município é bastante precário na época das chuvas, quando costuma ocorrer paralização no fornecimento de leite às cooperativas e até perda de produtos perecíveis.

Os serviços de eletrificação rural já conseguiram beneficiar uma boa parte dos agricultores do município, sendo que muitas propriedades possuem energia própria junto do aproveitamento das quedas d'água existentes. Deve-se destacar que o potencial das quedas d'água é enorme e muito pouco aproveitado.

- TELEFONIA RURAL

Há na sede do município uma central telefônica manual com 60 terminais magnéticos para transmissão de chamadas interurbanas, inexistindo o serviço de telefonia no interior do mesmo¹.

3.3. CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

O Quadro 4 mostra que as condições técnicas de produção são bem tradicionais para as culturas de subsistência, e para as culturas principais, fontes de renda, são mais tecnificadas.

A cultura do café é feita obedecendo técnicas protecionistas, ou seja, em curvas de nível, com cordões de proteção, etc., com mudas selecionadas recebendo tratamento contra as pragas e adubação. O mesmo ocorre com as culturas de tomate, batata e olericultura.

Estas, em geral, são também irrigadas e têm preparo da terra mecanizado.

O feijão e o arroz são muito pouco cultivados com sementes selecionadas porque elas não existem no mercado. Este problema é menor na cultura do milho cuja semente existe em abundância.

¹Dados da TELEST.

QUADRO 4

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

MUNICÍPIO DE: MUNIZ FREIRE

CULTURA	QUEIMADA E FREQUENTE	PREPARO DA TERRA	PLANTIO		TRATOS CULTURAIS				COLHEITA
			SEMENTE SELECIONADA	MEC.	CAPINA	PRAGAS	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO	
Café	Diminui muito	Manual	Sim	Não	Manual	Sim	Não	Sim	Manual
Milho	Diminui muito	Manual	Sim	Não	Manual	Não	Não	Pouco	Manual
Feijão	Diminui muito	Manual	Não	Não	Manual	Não	Não	Pouco	Manual
Arroz	Não	Manual	Não	Não	Manual	Não	Natural	Não	Manual
Tomate	Não	Mecanizado	Sim	Não	Manual	Sim	Sim	Sim	Manual
Batata	Não	Mecanizado	Sim	Não	Manual	Sim	Sim	Sim	Manual
Olericultura	Não	Mecanizado	Sim	Não	Manual	Sim	Sim	Sim	Manual

4.

ESTRUTURA AGRÁRIA

4.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1980 do IBGE, por setor censitário, o município se caracteriza por uma predominância de pequenos estabelecimentos (0 - 100ha) em termos de unidades de produção. Do total de estabelecimentos 964 (88%) se encontram no estrato de 0 - 100ha (pequenos), enquanto 131 (12%) se constituem em estabelecimentos maiores de 100ha (médios e grandes).

O quadro abaixo dá uma visão geral sobre como se dá a distribuição de estabelecimentos em subestratos menores.

SUBESTRATOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	NÚMERO DE EST. POR SUBESTRATO/TOTAL DE EST. DO MUNIC.
0 - 10	208	19%
10 - 20	220	20,1%
20 - 50	376	34,3%
50 - 100	160	14,6%
100 - 150	53	4,8%
+ 150	78	7,1%
TOTAL	1.095	100,0%

Em termos de participação dos estratos de estabelecimentos na área total do município é possível observar a real estrutura fundiária existente, a qual aponta para uma relativa concentração das terras nos estratos maiores de 100ha. Assim, os estabelecimentos menores de 100ha ocupam uma área de 28.647,84ha, o que equivale a 48,4% da área do município. Já os estabelecimentos maiores de 100ha ocupam cerca de 30.575ha, o que perfaz uma participação de 51,5% sobre o total municipal. Tal concentração é ainda maior quando se observa que somente os estabelecimentos maiores de 150ha detêm 41% dessas terras, como mostra o quadro abaixo:

SUBESTRATOS	ÁREA (ha)	(%) ÁREA SUBESTRATOS/ ÁREA MUNICIPAL
0 - 10	1.348,85	2,3
10 - 20	3.423,78	5,8
20 - 50	12.590,47	21,3
50 - 100	11.284,74	19,1
100 - 150	6.226,38	10,5
+ 150	24.348,68	41
TOTAL	59.229,90	100,0

De uma forma localizada, enquanto os estabelecimentos entre 20 e 50ha do minam em termos de número a maior parte do município, excetuando-se os setores 4, 15 e 11 (Vide Mapa Regional) somente na parte central do município - referente aos setores 15, 16, 18 e 21 - conseguem os mesmos assumir maior importância relativa em relação a área ocupada (Mapa Regional). No resto do município, mais precisamente no extremo norte e em toda a parte sul, verifica-se uma dominância dos estabelecimentos maiores de 150ha em termos de área ocupada por setor.

Os pequenos estabelecimentos (0 - 100ha) costumam produzir café como cultura comercial de maior importância, apresentando contudo uma maior intensidade de trabalho e diversificação de cultivos. Utilizam-se do milho e feijão como culturas de subsistência e de complementação de trabalho e renda. Em menor escala também cultivam o arroz de várzea, além da atividade da pecuária leiteira. A olericultura, englobando tomate e batata, é cultura exclusiva de pequenos estabelecimentos que a cultivam de forma especializada, em consorciação com milho e feijão, ou em áreas contíguas às do café.

Os médios e grandes estabelecimentos costumam dividir sua exploração econômica entre o café e a pecuária.

Segundo os técnicos da EMATER, em 1980 o município contava com 1.166 pequenas propriedades, (menores que 100ha) 126 médias (entre 100 e 500ha), e 7 grandes propriedades com 500 ou mais hectares de tamanho. Em termos da condição do produtor, o município conta com 1.299 proprietários e 30 arrendatários. Para eles, o arrendamento é utilizado na produção de tomate, estando a lógica da relação centrada na possibilidade de obtenção de uma carta de anuência para o acesso rural oficial. Ao esclarecer melhor que para eles era o arrendamento, falou-se em pagamento de uma quantia variável conforme a produção, o que se constituiria, segundo a conceituação do IBGE, em uma relação de parceria.

Esta poderia ser uma das formas de parceria autônoma (Quadro 5) que tentava-se identificar na ida ao campo. Uma outra forma de parceria autônoma poderia estar ocorrendo no caso de entrega da terra, para cultivo à meia, por parte do proprietário ao próprio filho, genro, ou a qualquer membro da família.

O levantamento do IBGE, baseado nas informações do Censo de 80, por setor censitário, referente à distribuição dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, apresentou num total de 1.014 proprietários, 6 arrendatários, 16 parceiros (autônomos) e 56 ocupantes para todo o município.

É importante ressaltar a significativa incidência de ocupantes de terra. Segundo o pessoal da EMATER, os casos de ocupação identificados pelo IBGE provavelmente se restringem à falta de titulação de propriedade, o que não estava se refletindo em conflitos de maior expressão. As ocupações identificadas nos setores censitários 20, 21 e 23 do quadro anterior, se constituem em terras ainda não tituladas, que ainda estão em nome da Companhia Torrens de Colonização. A questão destes ocupantes com a Companhia Torrens foi resolvida judicialmente no ano de 1981, estando em andamento o processo de titulação.

Q1 D1)
 DEMONSTRATIVO DAS CULTURAS POR ESTRATO DE ÁREA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PRODUTOR¹ E RELAÇÕES DE TRABALHO²
 MUNICÍPIO DE

ESTRATO (em ha)	0 - 100		100 - 500		+ 500	
	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO
Café	Proprietário In- dividual	Parceria e Mão-de-obra fa- miliar	Proprietário Individual	Parceria e Assalaria- mento Temporário	Proprietário Indi- vidual	Parceria e Assala- riamento Temporá- rio
Milho, Fei- jão e Arrôz	Proprietário In- dividual	Parceria e Mão-de-obra fa- miliar	Proprietário Individual	Parceria	Proprietário Indi- vidual	Parceria
Pecuária	Proprietário In- dividual	Assalariamento Permanente e Mão-de-obra fa- miliar	Proprietário Individual	Assalariamento Per- manente	Proprietário Indi- vidual	Assalariamento Permanente
Tomate, Batata e Olericultu- ra	Proprietário In- dividual e Arren- datário	Mão-de-obra fa- miliar e parce- ria				

¹Vide Anexo o Código de Preenchimento.

²Vide Anexo o Código de Preenchimento.

4.2. ESTRUTURA AGRÁRIA POR CULTURA

A análise das relações de trabalho tem por base as principais atividades agropecuárias do município.

- CAFÉ (MILHO, FEIJÃO E ARROZ)

A mão-de-obra familiar e parceria, enquanto relação de trabalho, são as formas predominantes de utilização de força de trabalho no município. Nos pequenos estabelecimentos, observa-se uma dominância dessas formas no cultivo de café e nas lavouras de subsistência.

Nesses estabelecimentos a mão-de-obra familiar trabalha sozinha até um determinado estrato de tamanho de propriedade, no qual as necessidades de força de trabalho da atividade agrícola ultrapassam a sua disponibilidade interna, ou seja, é a intensidade do cultivo da terra e a disponibilidade de força de trabalho familiar do proprietário, o determinante maior da utilização de parceiros no pequeno estabelecimento.

A parceria também é a principal relação de trabalho nos médios e grandes estabelecimentos. Aí esta aparece sob uma outra lógica, constituindo-se na forma mais viável e rentável de mobilização de mão-de-obra para o café e outras atividades da unidade produtiva.

A relação usual de parceria é a divisão do produto principal *à meia*, junto a uma divisão do custo referente a aquisição de insumos modernos. Em regra geral o cultivo de subsistência é tocado *à terça*, sendo que toda essa relação mais genérica apresenta uma certa flexibilidade que depende das condições específicas de cada unidade produtiva e da qualificação do trabalho do meeiro. Assim, há estabelecimentos em que se divide o custo dos insumos ficando a produção de subsistência para o meeiro, outros onde não se divide o custo dos insumos mas o proprietário retém a *terça* ou *parte* ainda mais da lavoura branca ou então deixa ao trabalhador apenas 40% da produção da cultura principal.

Difícilmente o proprietário libera uma carta de anuência para o meeiro. Assim, o acesso ao crédito, para o parceiro se dá via proprietário da *ter*

ra, geralmente através de repasse do crédito oficial. Nesse caso o financiamento é debitado na conta corrente que o meeiro tem com o patrão, conta esta que também inclui os adiantamentos tomados pelo meeiro para sua subsistência. A conta corrente é fechada após a colheita, quando via de regra o meeiro é obrigado a pagar seus débitos com parte da produção.

Frequentemente a mão-de-obra do meeiro é utilizada em outras tarefas dentro da propriedade, principalmente na bateção de pasto e trato do café do proprietário. Existem casos em que no próprio acordo de parceria, o trabalhador se obriga a dar um dia de trabalho semanal ao patrão como dia rista.

Apesar de ser desprezível a ocorrência de unidades produtivas que empregam assalariamento permanente para todo o ciclo da cultura, os médios e grandes estabelecimentos costumam utilizar-se do assalariamento temporãrio de maneira mais intensa no período de set./out./nov., época de colheita do café, preparo da terra e plantio para a maioria das culturas. Para tanto são empregados moradores da sede dos distritos, meeiros e pequenos proprietários, mediante pagamento de diárias.

- PECUÁRIA

A pecuária leiteira dos grandes e médios estabelecimentos utilizam fundamentalmente a força de trabalho do campeiro, um assalariado permanente (mensalista) que mora na propriedade e trabalha no trato do gado e ordenha. Nas tarefas de limpeza e formação de pasto é comum o uso de empreitada ou pagamento de diária, com o aproveitamento de meeiros da propriedade.

A pecuária dos pequenos estabelecimentos, praticamente uma atividade de subsistência, utiliza predominantemente a mão-de-obra familiar do proprietário, além do campeiro em menor escala.

- OLERICULTURA

A atividade olerícola, englobando tomate e batata, utiliza fundamentalmente a mão-de-obra familiar do pequeno proprietário e a parceria. É importante ressaltar que parte dessa produção é efetivada em estabelecimentos de arrendatários.

Através de análise feita pela equipe, com base nos dados sobre população ocupada no setor agrícola, apurados no censo agropecuário de 1980 do IBGE, utilizando-se de inferência estatística, concluiu-se que: o município de Muniz Freire apresenta uma população ocupada total na ordem de 9.340 pessoas, das quais 4.709 se constituem em mão-de-obra familiar, 1.331 em assalariados permanentes, 496 em assalariados temporários, 2.587 em parceiros e 218 em outras formas diferenciadas das acima citadas.

A distribuição espacial das relações de trabalho através de uma dominância provável por setor censitário é a seguinte.

POPULAÇÃO OCUPADA E RELAÇÕES DE TRABALHO PROVÁVEIS SEGUNDO SETORES CENSI
TÁRIOS
MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

SETOR	POPULAÇÃO OCUPADA	DOMINÂNCIA PROVÁVEL
3	549	MOF - AP
4	982	MOF
5	411	MOF - PA
6	464	MOF - PA
7	643	PA - AP
8	249	PA - AT
10	389	PA - AP
11	280	PA - AP
12	278	AP - PA
14	269	PA
15	457	MOF
16	588	MOF - AP
17	439	MOF
19	839	PA - MOF
20	755	PA - AP
21	990	MOF
23	758	MOF - PA

POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA: 9.340

MÃO-DE-OBRA FAMILIAR (MOF): 4.709

ASSALARIADOS PERMANENTES (AP): 1.331

ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS (AT): 496

PARCEIROS (PA): 2.587

OUTROS: 218

Fonte: Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 1980 - FIBGE.

5.

COMERCIALIZAÇÃO

Os produtos comercializados são café, um pouco de milho e feijão, olericultura e leite.

A comercialização do café se dá através de 8 intermediários: Joel Cogo, Amadeu Cogo, Oscar Areias, Carlinho José Areia, Isaed de Oliveira Lejoulin, Paulo Sartori, Emílio Salles e dois outros (Ataíde e Alonso).

Os três primeiros intermediários são da sede do município, comprando para Jeová Guimarães (exportador de Alegre). Os demais atuam em cõrrego Julião, Sumidouro e também na sede, comprando para os exportadores Nemer e Deolindo Perim, de Cachoeiro e Venda Nova, respectivamente.

A produção de arroz, via de regra, não gera excedente comercializável, e quando ocorre, a comercialização se dá a nível local.

O milho e feijão, além de abastecer o mercado local, são vendidos em sua maior parte a comerciantes de Castelo e Jerônimo Monteiro.

Os produtos olerícolas: Batata, Tomate, Cenouras e outros, são comercializados, principalmente, através de 3(três) caminhoneiros que abastecem os mercados de Campos (RJ), Manhuaçu(MG) e Bahia.

Hã, ainda, a venda desses produtos através da CEASA de Vitória, transportados, via caminhão, por um produtor, o qual leva sua produção e a de vizinhos e parentes.

O leite é vendido, em sua maior parte a CLCI, deixando pequena parcela do mercado local a ser dividida entre a SPAM (Iúna) e Cooperativa de Castelo.

- PROBLEMAS À COMERCIALIZAÇÃO

O principal problema ressaltado foi referente às oscilações de preço, o que, segundo os técnicos da EMATER, dificulta qualquer tipo de programação por parte do produtor.

Em períodos chuvosos o escoamento da produção se vê dificultado devido ao péssimo estado das estradas vicinais.

A armazenagem não é procurada pelos produtores, o que provocou, inclusive o fechamento do Armazém que a CASES (Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo) havia implantado ali, talvez devido justamente ao atendimento produtor intermediário, via empréstimos a altos juros, que se dá antes da produção.

6. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

O financiamento da produção agrícola vem sendo realizado através da rede bancária oficial e de intermediários de café, sendo que os últimos costumam emprestar dinheiro aos produtores de café para a complementação do custeio da lavoura e da subsistência da unidade familiar.

De uma forma geral, conforme mostra o quadro 7, houve uma boa disponibilidade de crédito para custeio em 1981, com uma escassez quase total de crédito para investimento. Milho e feijão foram as culturas com maior número de financiamentos realizados, ambas se constituindo nas culturas com maior disponibilidade de financiamento no banco.

Segundo os técnicos da EMATER não ficou quase ninguém sem crédito em Muniz Freire, no ano de 1981. A maior parte dos pequenos proprietários teve um fácil acesso ao financiamento oficial. Os arrendatários e parceiros não tiveram maiores problemas. A carta de anuência foi o instrumento mais utilizado nas operações com arrendatários, enquanto os parceiros transacionaram com o banco através do aval.

O aval é a forma mais utilizada como garantia. A hipoteca costuma ser usada apenas como garantia para o crédito de investimento. No tocante à perda de propriedade, pelo não cumprimento das obrigações junto ao banco, constatou-se a ocorrência de alguns casos, que estavam sempre ligados à aplicação indevida, ou desvio do financiamento para outros fins. Estes casos ocorreram com financiamentos não assistidos pela EMATER.

A atuação da política de preços mínimos parece ter sido nula ou desprezível no município, fazendo com que um armazém da CASES, construído a dois anos, fosse fechado.

MUNICÍPIO DE: MUNIZ FREIRE

QUADRO 6 - DISPONIBILIDADE DE FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO (E COMERCIALIZAÇÃO) POR CULTURA, A NÍVEL DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO:

a) em relação a fontes de financiamento;

b) em relação a linhas de financiamento.

CULTURAS	FONTES DO CRÉDITO AGRÍCOLA		LINHAS DE FINANCIAMENTO CRÉDITO AGRÍCOLA				
	FORMAL (BANCOS)	INFORMAL (INTERMEDIÁRIOS/INDÚSTRIA)	POL. CRÉDITO AGRÍCOLA			POL. PREÇOS MÍNIMOS	
			INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERC.	EGF (EMPRÉSTIMOS DO GOV. FEDERAL)	AGF (AQUISIÇÃO DO GOV. FEDERAL)
CAFÉ	X	X		X		X	
PECUÁRIA	X			X			
MILHO	X			X			
FEIJÃO	X			X			
ARROZ	X			X			
TOMATE	X			X			
BATATA	X			X			
OLERICULTURA	X			X			

Fonte: Escritório local da EMATER.

7.

POPULAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL

A população do município somou cerca de 19 mil habitantes em 1980; 14,8 mil no campo e 4,2 mil nos núcleos urbanos. Uma análise da evolução populacional mostra que após um crescimento de 14,5% nos anos 50, o município sofreu um processo migratório, nos anos 60, época da erradicação dos cafezais, que resultou numa redução da população da ordem de 13,5%. Nos anos 70 a população permaneceu mais ou menos estável.

Como se pode observar no Mapa Regional (Migração) somente os setores censitários situados a sudoeste, nas cercanias do distrito de Itaici e o setor 14, próximo à sede municipal, tiveram sua população reduzida. Os outros setores mantiveram a população, do início da década, com um pequeno acréscimo relativo.

Segundo os técnicos da EMATER: "*onde tem mais café sai menos gente*". Com relação à indicação do Mapa, de que o setor 14 teria reduzido a população houve discordância; segundo a mesma fonte, de um modo geral, migram mais colonos e filhos de colonos que filhos de pequenos proprietários. Ocorreram casos de colonos que foram para Rondônia e depois voltaram.

Está havendo uma diminuição do tamanho médio das famílias. Os antigos tinham de 10 a 12 filhos, os casais de hoje atingem até 5 ou 6 sendo que o tamanho médio das famílias é de 5 pessoas.

Há em todo o município o costume tradicional na divisão familiar do trabalho: os homens cuidam da roça e as mulheres da casa. Em algumas regiões, principalmente cercanias de Sossego, a mulher também vai ao campo.

Além da sede existem 4 distritos: Itaici, Menino Jesus, Vieira Machado e Piaçu (Quadro 7); e 2 povoados: São Pedro, com cerca de 45 famílias e Meia Quarta, com cerca de 8 casas.

O comércio e a prestação de serviços explicam a existência dos núcleos urbanos. Menino Jesus e Piaçu, na área de influência da sede municipal, foram os núcleos que mais cresceram ultimamente e tem comércio *melhorzinho*. Já Itaici e Vieira Machado permaneceram mais ou menos estagnados e com comércio de *botequim*. O primeiro polarizado por Alegre e o segundo por Castelo.

QUADRO 7
POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS

DISTRITOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS OCUPADOS		POPULAÇÃO	
		TOTAL		
ITAICI	U	95	125	383
	R	324		1.585
	T	419		1.968
MENINO JESUS	U	69	85	311
	R	497		2.501
	T	566		2.812
PIAÇU	U	182	282	817
	R	704		3.767
	T	886		4.584
VIEIRA MACHADO	U	38	41	158
	R	285		1.432
	T	323		1.590
MUNIZ FREIRE	U	595	661	2.483
TOTAL	U	979	1.144	4.152
	R	2.825	3.374	14.771
	T	3.804	4.518	18.923

U - urbano

R - rural

T - total

Fonte: Dados do Censo Agropecuário de 1980.

- SINDICATOS

- 1 - Sindicato Rural Patronal
 - . Assistência Médica
 - . Assistência Odontológica

- 2 - Sindicato dos Trabalhadores
 - . Assistência Médica
 - . Assistência Odontológica

- COOPERATIVA

- . Selita - Posto na sede
- . Cooperativa dos Cafeicultores de Iúna - tem posto e máquina de beneficiamento de café

- IGREJA

- . Rezar
- . Movimento Cursilista
- . Tem o Hospital

- HOSPITAL

- . Há um no município

- RECLAMOS SOCIAIS

Na área da assistência médica estão as maiores reclamações dos munícipes, haja visto as deficiências de médicos e de atendimento pelo INPS no hospital local.

Nas reuniões comunitárias tirou-se por exemplo, reclamações sobre:

- . Estado precário das escolas (falta de instalação de água e sanitária, falta de carteiras, etc.).
- . Número insuficiente de professores.
- . Mau atendimento do sindicato (não atendimento odontológico, anuidade mais elevada que em outros lugares, cobrança de anuidade dos aposentados, etc.).

- . Altas taxas dos impostos (Iūna, ICM, etc.)
- . Por melhores condiçōes de comercializaçāo.
- . Alto preçō de insumo e baixo preçō dos produtos.
- . Preços dos fertilizantes nāo conferem com a sacaria.
- . Falta de energia elētrica (de rede)
- . Impossibilidade de desmembramento de glebas com menos de 5ha.
- . Sempre tem questāo difīcil entre meeiro e patrāo.
- . Juros agrīcolas altos.

QUADRO 8

USO DO SOLO

MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

SETOR	TOTAL DE ÁREA OCUPADA (ha)	LAVOURA PERMANENTE (ha)		LAVOURA TEMPORÁRIA (ha)		BOVINOS	ÁREA DE PASTAGEM (ha)		OUTROS		DOMINA ÇÃO	CONVEN ÇÃO
		ÁREA	%	ÁREA	%		ÁREA	%	ÁREA	%		
3	2.640,38	600,16	22,73	170,36	6,42	1.016	1.158,24	43,87	711,62	26,95		
4	1.971,88	833,46	42,27	129,72	6,58	870	936,68	47,65	69,02	3,5		
5	4.555,94	1.418,92	31,08	190,87	4,18	1.414	1.611,96	35,30	1.344,19	29,44		
6	2.982,36	214,08	9,18	400,02	13,41	2.715	2.281,47	76,5	86,79	2,91		
7	3.583,05	366,99	10,24	356,22	9,94	2.374	2.706,36	75,53	153,45	4,28		
8	3.769,87	768,59	20,39	211,02	5,6	2.007	2.287,98	60,69	502,28	13,32		
10	5.189,03	563,73	10,88	211,77	4,09	1.815	2.069,1	39,87	2.344,23	45,18		
11	5.610,64	464,50	8,28	172,98	3,08	1.561	1.779,54	31,72	3.193,62	56,92		
12	2.564,17	458,96	17,9	217,96	8,5	1.070	1.219,8	47,57	667,45	26,03		
14	2.084,53	530,77	25,46	164,32	7,88	1.235	1.265,84	60,72	123,4	5,92		
15	2.675,68	948,70	35,46	190,27	7,11	629	717,06	26,6	839,45	31,14		
16	3.218,88	1.043,53	32,42	140,44	4,36	658	750,12	23,3	1.284,79	39,91		
18	2.102,88	688,20	32,73	102,01	4,48	432	492,48	23,42	820,19	39,0		
19	2.691,42	411,16	15,28	198,44	7,37	915	1.043,1	38,76	1.038,72	38,59		
20	4.847,70	763,17	15,74	468,38	9,66	871	992,94	20,48	2.623,21	54,11		
21	2.701,67	1.165,35	43,13	144,69	5,36	812	925,68	34,26	465,95	17,25		
23	6.029,82	1.687,54	27,99	224,02	3,72	1.484	1.691,76	28,06	2.426,5	40,24		
TOTAL MUNICIPAL	59.222,90	12.954,81	21,90	3.693,49	6,2	21.878	23.930,11	40,4	18.694,86	31,50		

Fonte: Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 1980.

